



Prefeitura Municipal de São Paulo
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
Rua São Bento, nº 405
Centro Histórico de São Paulo
Telefone +55 (11) 3243-1255
portaldolicenciamentosp.com.br

Alvará de Autorização de Implantação e/ou Utilização de Estande de Vendas
NÚMERO DO DOCUMENTO: 34881-23-SP-AUT

NÚMERO DO PROCESSO SEI 1020.2023/0024302-3		CÓDIGO VERIFICADOR DO DOCUMENTO y0kxptrb	
RESPONSÁVEL(EIS) PELO IMÓVEL - ESTANDE DE VENDAS			
1 - VÍNCULO Proprietário			
RAZÃO SOCIAL M,A,R. Santorini Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda		CNPJ 36.199.494/0001-22	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Carlos Alberto Bueno Netto		CPF DO REPRESENTANTE LEGAL 293.661.498-80	
ENDEREÇO Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1340, 6º andar, Vila Olímpia - São Paulo/ SP			
LOCALIZAÇÃO DO ESTANDE DE VENDAS			
1 - CONTRIBUINTE 042.186.0035-1		CODLOG 06423-8	CEP 04118-080
ENDEREÇO Rua Embuaçu, 675, Vila Mariana			
2 - CONTRIBUINTE 042.186.0003-1		CODLOG 17083-6	CEP 04123-020
ENDEREÇO Avenida Dr. Ricardo Jafet, 2512 - 2512A, Vila Mariana			
3 - CONTRIBUINTE 042.186.0004-1		CODLOG 17083-6	CEP 04123-020
ENDEREÇO Avenida Dr. Ricardo Jafet, 2510, Vila Mariana			
RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S) - ESTANDE DE VENDAS			
1 - VÍNCULO Responsável Técnico pelo Projeto e Obra			
NOME/RAZÃO SOCIAL Benx Empreendimentos Imobiliários LTDA		NÚMERO DE CONSELHO DA EMPRESA PJ31862-0	CCM 3.807.812-0
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL João Carlos Dutra Mendes		NÚMERO DE CONSELHO DO REPRESENTANTE A81576-4	
DADOS TÉCNICOS - ESTANDE DE VENDAS			
ÁREA DO ESTANDE DE VENDAS		NÚMERO TOTAL DE PAVIMENTOS DO ESTANDE DE VENDAS	

250.00 m²	1 Pavimentos(s)
ALTITUDE MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO 747.81 m	ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO 7.92 m
ÁREA DE TERRENO REAL 2318.00 m²	ÁREA DE TERRENO ESCRITURA 2318.00 m²

ALVARÁ(S)/ PROCESSO(S) VINCULADOS	
TIPO DE DOCUMENTO Alvará de Aprovação de Edificação Nova (HIS/ HMP)	NÚMERO DO PROCESSO 6125-21-SP-ALV

AMPARO(S) LEGAL(IS)
1. Lei nº 16.642/17, regulamentada pelo Decreto nº 57.776/17.

NOTA(S)
1. O Estande ora aprovado será erguido na mesma localização do projeto vinculado de aprovação do empreendimento. 2. O licenciamento de projetos, de obras e instalação de equipamentos não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse sobre o imóvel. 3. O titular do documento de atividade edilícia, na qualidade de proprietário ou de possuidor do imóvel, responde perante terceiros a respeito da propriedade, posse, direitos reais, garantias e outros eventuais ônus que incidam sobre o imóvel. 4. Este documento refere-se exclusivamente à Legislação Municipal devendo ainda serem observadas as Legislações Estadual e Federal pertinentes. 5. Os responsáveis técnicos pela obra, nos limites de suas atuações, respondem pela correta execução da obra de acordo com o projeto aprovado e pela instalação e manutenção do equipamento, observadas as Normas Técnicas - NTs aplicáveis, zelando por sua segurança e assumindo as consequências diretas e indiretas advindas de sua atuação. 6. Este documento permite apenas, e a título precário, a execução das obras ou serviços nele descritos, e que poderá ser cancelado a qualquer tempo quando constatado desvirtuamento do seu objeto inicial, ou quando a Prefeitura não tiver interesse na sua manutenção ou renovação. 7. Este documento vigorará por 06 meses a contar da data da publicação do despacho no Diário Oficial da Cidade, podendo ser renovado por igual período mediante pedido e recolhimento das taxas devidas.

RESSALVA(S)
1. Na existência de obras na faixa de até 1,20m (um metro e vinte centímetros) do alinhamento será obrigatório o avanço do tapume sobre o passeio público, mediante emissão de Alvará de Autorização específico, nos termos do item 1.A.4 do Anexo 1 do Decreto nº 57.776/17.

DECLARAÇÃO(ÕES)
1. A eficácia deste documento está vinculada à veracidade das declarações prestadas. 2. Este documento foi emitido com base na declaração do requerente de que o estande não possui equipamento mecânico de transporte para o qual é exigido cadastro municipal. 3. Este documento foi emitido com base na declaração do requerente de que o estande não possui tanques e bombas para os quais é exigido cadastro municipal. 4. Este documento foi emitido com base na declaração do requerente de que não é necessária anuência dos órgãos aeronáuticos à implantação do objeto projetado no espaço aéreo. 5. Este documento foi emitido com base na declaração do requerente de que o imóvel não está em uma Unidade de Conservação Ambiental. 6. Este documento foi emitido com base na declaração do requerente de que a implantação do Estande não acarretará intervenção em Área de Preservação Permanente – APP. 7. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de ciência dos direitos e responsabilidades expressos na Seção I do Capítulo II da Lei nº 16.642, de 09 de maio de 2017 (Código de Obras e Edificações), atribuídos ao Município, ao proprietário ou possuidor de imóveis e aos profissionais atuantes em projeto e construção, observadas as disposições da Legislação de Obras e Edificações. 8. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de que o Estande de Vendas proposto está em conformidade com as disposições do Código de Obras e Edificações do Município, legislação correlata e Normas Técnicas aplicáveis, ressaltando-se as de acessibilidade e segurança, assim como sua execução. 9. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de que para sua implantação não se efetivará manejo arbóreo. 10. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de que a implantação do Estande de Vendas não interferirá em eventuais reparações ambientais obrigatórias como as previstas no § 1º da Lei federal nº 12.651/12 (“Código Florestal”), art. 14 da Lei municipal nº 10.365/87,

Termo de Ajustamento de Conduta – TAC ambiental etc, nem em eventuais reparações obrigatórias de danos causados ao patrimônio histórico e cultural como as previstas em Termo de Ajustamento de Conduta Cultural – TACC etc.

11. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de que serão atendidas todas as normas aplicáveis a este projeto relativas à execução do passeio público, conforme as Leis nº 13.293/02, 15.442/11 e 16.809/18 e Decreto nº 59.671/2020 ou o que lhe substituir.
12. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de que o projeto de segurança de uso observa as disposições estabelecidas nas normas pertinentes ao sistema construtivo e de estabilidade, condições de escoamento, condições construtivas especiais de segurança de uso, potencial de risco, instalações elétricas e sistema de proteção contra descargas atmosféricas, equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio aos sistemas complementares.

ANALISADO POR:

DESPACHO:

DATA DE DEFERIMENTO:

DATA DE PUBLICAÇÃO:

Não existem publicações no Diário Oficial para este processo